



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 79/XIII/ 2.ª SL

Aos 21 dias do mês de junho de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. - *Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP, «sobre os 700 médicos que ficaram sem acesso à formação médica especializada»;*
2. - *4.ª Audição regimental do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º 2 do art.º 104.º do RAR, sobre «Política de Saúde».*

1. - Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PCP, «sobre os 700 médicos que ficaram sem acesso à formação médica especializada»

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos cumprimentando o Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado.

Deu a palavra à Deputada Carla Cruz, para apresentar o requerimento «sobre os 700 médicos que ficaram sem acesso à formação médica especializada».

A Deputada Carla Cruz, depois de cumprimentar o Ministro e os Secretários de Estado, apresentou o [requerimento](#) que pretende esclarecer a situação dos médicos que ficaram sem acesso à formação médica especializada, «*atendendo às consequências que esta matéria tem para os profissionais, mas também para a prestação de cuidados de saúde*». Recordou que a recente publicação da lista de vagas de ingresso no Internato Médico de 2017 disponibiliza 1758 vagas e que segundo notícias vindas a público «*quase um terço dos médicos recém-formados (708) não conseguiu vaga para a sua especialização*», situação esta que tem por consequência a criação em Portugal de um conjunto de médicos indiferenciados, com menos direitos e uma prestação de cuidados de saúde à população de menor qualidade.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado, frisando que o Ministro da Saúde tem de dar uma resposta cabal às questões. Teceu várias considerações sobre os jovens médicos sem acesso à formação



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 79/XIII/ 2.ª SL

especializada, que este ano são cerca de 700. Pretende que o Ministro esclareça quantas vagas de ingresso no internato médico de 2017 foram definidas pelo Ministério e pela Ordem dos Médicos (OM), o que está a ser feito para solucionar o problema e qual é a estratégia de médio/longo prazo para encontrar uma solução.

O Deputado Ivan Gonçalves cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Referiu que é importante que o Estado continue a fazer um esforço para insistir no alargamento da qualificação dos portugueses. Reconhece que existem algumas zonas do país onde há dificuldade em atrair médicos, mas o Estado tem de encontrar resposta para essa questão. Perguntou se há condições para aumentar o número de vagas e quais os constrangimentos à medida, se os jovens médicos sem formação especializada poderão continuar no SNS e em que condições e se estão previstos concursos intercalares.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. É preciso encontrar uma solução para os médicos sem formação especializada porque se nada for feito esse número vai aumentar. Numa área onde há carência de profissionais não se percebem essas dificuldades, até porque sabe de serviços que solicitam mais vagas de formação do que aquelas que lhes são atribuídas. A este propósito, informou que o BE apresentou um PJR a recomendar que se averigüe quais as verdadeiras capacidades formativas do SNS. Perguntou o que vai acontecer aos 114 médicos que a partir de julho serão dispensados do SNS e se está disponível para alterar a legislação sobre formação médica especializada, nomeadamente repondo vagas carenciadas.

A Deputada Isabel Galriça Neto em nome do CDS-PP fez um ponto prévio. Há uma realidade que se impõe, que é a realidade do sofrimento e tragédia ocorrida durante os incêndios no centro do país. Manifestou solidariedade e proximidade para com as pessoas que estão a sofrer uma realidade tão dura e o reconhecimento para com os profissionais que estão no terreno, designadamente médicos. Considera que a expressão dos afetos é uma expressão de humanidade. Quanto à limitação do acesso às vagas do internato complementar, a solução não pode ser encontrada à custa da redução da qualidade dos novos médicos. Tendo em conta que se trata de um problema estrutural que começa antes da entrada dos alunos para medicina e com a definição da capacidade formativa dos serviços, perguntou ao Ministro o que pretende



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 79/XIII/ 2.ª SL

fazer relativamente a esta matéria.

A Deputada Ana Rita Bessa disse que parece haver uma correlação das áreas com mais tempos de espera para consultas de especialidade com as áreas das vagas. Perguntou se há capacidade para atribuir mais vagas sem perda de qualidade formativa, e o CDS-PP julga que sim, bastando para isso abrir vagas com idoneidade formativa atribuída pela OM nos serviços públicos, privados e sociais. Pergunta como pensa garantir que, quer as expectativas dos jovens quer os custos que o sistema público incorre nessa formação têm retorno nessa formação.

O Ministro da Saúde agradeceu as questões, reconhecendo que o problema é pertinente e está disponível para, em conjunto com os vários intervenientes, resolver o problema, apesar do concurso deste ano abrir mais vagas para as especialidades médicas com idoneidade formativa com qualidade. Deveria haver uma auditoria externa para saber se o Estado pode formar mais e se a OM pode rever alguns dos critérios de idoneidade formativa. Em termos absolutos, Portugal é um dos países que tem mais médicos por habitante, reconhecendo que é preciso encontrar uma solução estrutural e duradoura, mas não é útil que o país dê um sinal errado de que esta profissão é um emprego certo. Sobre os 114 médicos de 2015, vai sair uma portaria para estender o prazo do seu vínculo. Sublinhou que não existe uma resposta formativa ilimitada porque a qualidade dos formadores é imprescindível e a aposentação de muitos profissionais experientes faz com que ela diminua. Salientou que, das vagas deste ano, cerca de 300 abrangem determinadas zonas do país e terão uma majoração remuneratória.

O Deputado Miguel Santos interpelou a Mesa para pedir ao Ministro o envio do documento sobre o Plano de Redução de Meios, tendo o Ministro disponibilizado uma cópia, frisando que se trata de um documento de trabalho que não mereceu a concordância política do Ministro da Saúde.

2. - 4.ª Audição regimental do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º 2 do art.º 104.º do RAR, sobre «Política de Saúde»

Seguiu-se a 4.ª audição obrigatória, sobre «*Política Geral de Saúde*», que se iniciou com uma intervenção inicial do Ministro da Saúde, reconhecendo que «*o Serviço Nacional de Saúde representa um dos pilares essenciais do Estado social. Desde a*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 79/XIII/ 2.ª SL

sua criação tem constituído um importante fator de coesão nacional, reduzindo desigualdades e garantindo um sistema justo de proteção na saúde». Disse que o acesso aos cuidados de saúde melhorou, mas é sua intenção ir mais longe na capacidade de resposta do SNS. Deu conta do que foi feito nos Cuidados de Saúde Primários, nos Cuidados de Saúde Hospitalares e nos Cuidados Continuados. Prosseguirá o reforço de profissionais no SNS, será dado cumprimento aos compromissos assumidos para reposição do pagamento das horas extras aos profissionais e continuará a contratar mais recursos, melhorando o modelo de contratação de clínicos. É necessário continuar a investir em capital humano, na modernização dos equipamentos existentes e na construção de novos hospitais como os de Évora, Seixal, Sintra e Lisboa Oriental. *«No que respeita ao Ministério da Saúde, continuarão a revigorar e recuperar o desempenho do SNS, reforçando a equidade no acesso e a qualidade dos serviços prestados, contribuindo para recuperar a confiança dos Portugueses no Serviço Nacional de Saúde».*

A Deputada Ângela Guerra cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Abordou a questão do corte de 35% na contratação de médicos tarefeiros, porque o diploma pode paralisar alguns serviços. Têm-se multiplicado os alertas e esta medida ameaça alguns gestores hospitalares. Perguntou se existe algum estudo técnico que sustente esse corte, se este vai ter impacto nas cirurgias e porque foi tomada esta medida antes do verão. Pretende saber quando vai ser aplicado o horário de trabalho das 35 horas a todos os enfermeiros, ao mesmo tempo, e porque é que no Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul (CMFRS) estão a contratar profissionais com uma carga horária de 40 horas e porque aumentou o número de utentes sem médico de família. Deu conta de existirem doentes oncológicos a necessitar de tratamentos, tendo de percorrer centenas de Kms., sem acesso a transporte.

O Ministro da Saúde agradeceu as questões e pediu à Deputada que identificasse essas situações oncológicas para que, de imediato, possam ser corrigidas. A questão das 35 horas será tratada no âmbito do SNS e não sectorialmente. Sobre o corte de 35% na contratação de médicos tarefeiros, tudo será feito sem sobressalto e a poupança será canalizada para a contratação de mais médicos e para o pagamento das horas extraordinárias. Esclareceu que o CMFRS está a contratar de enfermeiros nos termos da lei, ou seja, os contratos individuais de trabalho são de 40 horas.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 79/XIII/ 2.ª SL

Neste momento, o Deputado Miguel Santos pediu à Mesa que distribuísse o documento do Centro de Reabilitação do Sul informando que estão a contratar enfermeiros com horário de 40 horas.

O Deputado Luís Graça dirigiu uma palavra de solidariedade a todas as famílias das vítimas do incêndio e o reconhecimento pela atuação dos profissionais de saúde. Estando em fase de conclusão 70% do programa do Governo, ou em marcha, o PSD não gosta do resultado e agora quer que, de uma vez só, todos os trabalhadores passem de imediato para as 35 horas, nomeadamente no CMFRS, sendo que no passado implementaram as 40 horas e encerraram metade das camas por falta de pessoal. Pediu ao Ministro que desenvolvesse o programa de investimentos, perguntando como está a decorrer a sua execução, se o projeto piloto da saúde oral e visual é para alargar a todo o país e se o aumento do número de utentes sem médico de família se deve à aposentação de médicos. Deixou uma palavra de sensibilidade pelo facto do Governo ter revisto o processo de candidatura à Agência Europeia do Medicamento (AEM) e ter permitido que a cidade do Porto também apresentasse a sua candidatura para a instalação da sede da AEM. É importante que o Despacho sobre a redução de médicos tarefeiros, medida que deve ser acompanhada pela contratação de mais médicos e pelo pagamento das horas extraordinárias, seja introduzido com grande acuidade e inteligência para que a medida não tenha impacto negativo, nomeadamente para algumas regiões carenciadas como o Algarve. Pediu que o Ministro falasse do modelo do novo Hospital do Algarve.

O Ministro da Saúde esclareceu que deve haver cobertura completa de médicos de família no país, confirmando que este ano vão entrar mais 400 profissionais. Sobre a candidatura de Portugal à instalação da Agência Europeia do Medicamento (AEM) em Portugal, o INFARMED recomendou a candidatura de Lisboa, em função dos critérios conhecidos, mas tendo em conta os apelos, o Governo informou o Presidente da Câmara do Porto de que a cidade do Porto se poderia candidatar, porque reúne um conjunto de características muito fortes e, até 20 de julho, terá de ser escolhida uma delas. Informou que estão em fase de conclusão os novos centros de saúde que poderão abrir no segundo semestre, e que representam um fortíssimo incentivo para a colocação de jovens médicos.

O Deputado Moisés Ferreira falou do diploma que prevê a redução em 35% dos



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 79/XIII/ 2.ª SL

gastos com empresas prestadoras de trabalho temporário no SNS e disse que os hospitais dão conta da má prestação dos profissionais colocados pelas empresas de serviços porque faltam à última hora, não é possível criar equipas e praticam uma medicina altamente defensiva. O SNS tem de ser reforçado com mais profissionais e deve ser reforçada a autonomia dos hospitais. Na última semana foram autorizadas pelo Ministério das Finanças 500 contratações para substituição de profissionais, referindo que a falta de autonomia dos hospitais tem consequências, porque a não contratação célere, devido à ausência temporária de profissionais, prejudica os utentes. Disse que se deve colocar menos foco no défice e mais na necessidade de investimento no serviço público. Referiu que recentemente foi aprovada uma Resolução que prevê ter planos plurianuais para o SNS, esperando que o OE 2018 reflita esta iniciativa. Abordou a greve dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, que há muitos anos lutam pela revisão do seu estatuto e pela revisão das tabelas profissionais.

O Ministro da Saúde entende que o SNS deve voltar a desenhar projetos profissionais mobilizadores e a regra dos 35% pretende fazê-lo. Sobre o OE para 2018 haverá total abertura para abordar as questões da saúde. O Governo governa para 10 milhões de portugueses e perante críticas não pode assumir compromissos e dar tudo. Tem de ser libertado esforço da dívida para libertar mais meios, a fim de que possa ser dado mais a todos os portugueses.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que era o momento para com serenidade e objetividade questionar o Ministro sobre a resposta do Ministério aos incêndios do centro do país, nomeadamente a falta de meios nos centros de saúde e quais os meios mobilizados para socorrer as vítimas. Considera que o balanço apresentado pelo Ministro tem falta de objetividade porque, por exemplo, agravaram-se as dívidas às horas dos profissionais de saúde, aumentaram as dívidas a fornecedores, diminuiu o investimento e faltam recursos humanos no SNS, que poderão comprometer as cirurgias. Saudou o anúncio sobre o pagamento do transporte a doentes carenciados que precisem de cuidados paliativos. Diz que está expectante quanto ao OE 2018, esperando que a redução do défice não se faça à custa de eventuais cortes na saúde. Colocou questões sobre a proposta da Associação de Médicos de Medicina Familiar para reduzir o número de utentes por médico de família e perguntou se os dez mil



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 79/XIII/ 2.ª SL

computadores distribuídos já foram instalados.

O Ministro da Saúde esclareceu que este Governo melhorou o número de utentes por médico de família, que dos 12 mil computadores já foram distribuídos cinco mil, estando os outros a aguardar a conclusão de processos judiciais de potenciais fornecedores. Disse que o estudo da Associação dos Médicos de Família está a ser trabalhado para que essa redução se faça progressivamente, que a falta de material aquando dos incêndios foi meramente pontual, salientando a capacidade de resposta de todos os profissionais, que voluntariamente se mobilizaram e informou que o INEM está a ultimar a contratação de recursos para o CODU e que, até final do ano, o parque de VMER's será substituído.

O Deputado João Ramos considerou fundamental reverter as políticas do anterior governo e valorizar a qualidade e o empenho dos profissionais de saúde. Deu nota de que faltam enfermeiros no ACES do Alentejo, no Amadora/Sintra e de que as 35 horas devem ser aplicadas a todos os profissionais de saúde do SNS. Está por resolver a revisão das carreiras dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, há falta de assistentes operacionais nalguns serviços e há carência de médicos, nomeadamente de medicina geral e familiar. No que se refere à internalização de serviços, qual é a avaliação que o Governo faz da substituição dos profissionais por doença, reforma ou outras.

O Ministro da Saúde reconheceu haver uma grande carência de enfermeiros, sendo que o concurso se atrasou ligeiramente, mas está em fase de conclusão e o mesmo se passa com o dos assistentes operacionais. Salientou a atitude positiva dos dirigentes sindicais dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, considerando que existem condições para encontrar uma solução equilibrada.

Na segunda ronda fizeram perguntas os Deputados José António Silva, António Sales, Jorge Falcato Simões, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto, respostas que foram complementadas pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

Na terceira ronda, usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, os Deputados Miguel Santos, Luísa Salgueiro, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto, Paulo Sá, Álvaro Baptista, Carla Cruz, Cristóvão Simão Ribeiro, Luís Vales, Ângela Guerra, Sara Madruga da Costa, Duarte Marques, Fátima Ramos, Isaura Pedro e Cristóvão Crespo,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 79/XIII/ 2.ª SL

tendo o Ministro da Saúde respondido às questões colocadas.

O Presidente agradeceu a vinda do Ministro e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde, bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

Antes do fim da reunião, o Presidente da Comissão propôs que a Delegação para a visita de trabalho a efetuar à região centro do país (zona de incêndios) no dia 23 de junho, pelas 14 horas, seja composta pelo Presidente e por um representante de cada grupo parlamentar. A Delegação visitará a zona onde ocorreram os incêndios, para verificar os cuidados prestados e perceber em que é que a Comissão de Saúde poderá ajudar.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação e o vídeo ser acedidos no seguinte link:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2071&title=audicao-do-ministro-da-saude>

Palácio de São Bento, 21 junho 2017

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 79/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Álvaro Batista
Ana Rita Bessa
Cristóvão Crespo
Ivan Gonçalves
João Ramos
José Silvano
Sara Madruga da Costa
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Gouveia
José Luís Ferreira
Marisabel Moutela
Teresa Caeiro